



**RELATÓRIO ANUAL SOBRE
LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL**

Brasília, 1º de dezembro 2005

ÍNDICE

I – Liberdade de imprensa é da sociedade	3
II – Ocorrências	7
1. Assassinato	7
2. Agressões	8
3. Atentados	10
4. Ameaças	11
5. Censura	12

I – Liberdade de imprensa é da sociedade

A **Associação Nacional de Jornais** sempre manteve sua postura de incondicional defesa da liberdade de imprensa. Trata-se de compromisso adotado no momento de sua fundação e que permanece como sua principal linha de atuação. A **ANJ** trabalha permanentemente para garantir liberdade e independência aos jornais brasileiros, incentivando a busca incessante de seus propósitos. Eles são instrumentos de multiplicação dos anseios populares e tiveram papel decisivo no retorno das liberdades democráticas.

Apesar das garantias dadas à liberdade de imprensa pela Constituição de 1988, em muitos momentos a atividade jornalística sofreu limitações pelo autoritarismo. Muitas dificuldades foram superadas, mas outros desafios surgiram no cotidiano dessa atividade, como pressões, ameaças e violências contra jornais e jornalistas, os quais encontram firme apoio por parte da **ANJ**.

No período coberto pelo presente relatório, o arquivamento do projeto do Conselho Federal de Jornalismo deve ser apontado como uma das grandes vitórias da **ANJ**. No final de 2004, depois de intensa mobilização de vários segmentos da sociedade brasileira, com destaque para a **ANJ**, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Brasil decidiram arquivar o projeto de lei do governo que criava o Conselho Federal de Jornalismo.

Foi uma importante vitória da liberdade de imprensa no país, visto que o projeto pretendia criar mecanismos de controle sobre o exercício de atividade. Já no 5º Congresso Brasileiros de

Jornais, em setembro de 2004, o presidente recém-eleito da ANJ, Nelson P. Sirotsky, havia discursado na presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com críticas ao projeto: “A melhor receita para o vigor do jornalismo é, sem dúvida, a liberdade. Isso significa, na prática, a superação da proposta de submeter o exercício do direito à informação ao crivo de qualquer entidade governamental ou corporativa”. Na ocasião, o presidente Lula havia sinalizado que o governo não se oporia ao arquivamento da proposta, diante da reação da sociedade brasileira. Foi o que acabou acontecendo no final do ano.

O arquivamento do projeto foi um marco na defesa da liberdade de imprensa no Brasil, mas é possível que novo projeto, desta vez patrocinado isoladamente por algum parlamentar, volte a ser colocado em debate. A reação da sociedade diante da primeira tentativa, no ano passado, contudo, deixa claro que existe no Brasil uma forte consciência no sentido de se evitar esse tipo de retrocesso.

Uma iniciativa a demonstrar essa consciência foi a criação da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa, iniciativa da ANJ em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Desde 1997, a ANJ tem o seu Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa. A partir de janeiro de 2005, a parceria com a UNESCO permitiu a criação da Rede, que, por intermédio do site www.liberdadedeimprensa.org.br, monitora e divulga casos contra a liberdade de imprensa.

No primeiro semestre de 2005, a Rede promoveu uma série de eventos em todo o país, chamados de Encontros Regionais de Liberdade de Imprensa, que foram realizados em São Paulo (São

Paulo), Fortaleza (Ceará), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e na capital federal, Brasília.

Neles, reuniram-se empresários do setor de comunicação, juízes, parlamentares, representantes dos governos municipais, estaduais e federal, estudantes de Jornalismo e demais formadores de opinião. Entre os temas debatidos, destacaram-se “Direito à Informação x Privacidade”, “Acesso à informação pública” e “As responsabilidades e os interesses das fontes e dos jornalistas”.

Tomando como base o trabalho que já vinha sendo realizado pela ANJ com o Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, a Rede registrou inúmeros casos contra a liberdade de imprensa no Brasil no final de 2004 e até o presente momento, em 2005. Houve inclusive um assassinato. Sinal da necessidade fundamental de vigilância por parte de todos aqueles que lutam em favor da liberdade no país.

É importante registrar a preocupação com o entendimento que algumas instâncias judiciárias no Brasil vêm tendo a respeito dos processos de danos morais movidos contra jornalistas e empresas de comunicação. Com base em uma combinação de artigos da Constituição e a legislação específica sobre danos morais, alguns juízes tomaram decisões liminares que significam, na prática, a censura prévia. São precedentes preocupantes que vêm provocando constante reação da sociedade brasileira.

Em contrapartida, um sinal auspicioso ao longo de 2005 foi a condenação dos assassinos do jornalista Tim Lopes. Como se sabe, o assassinato de Tim Lopes, em junho de 2002, foi um fato marcante, com grande repercussão internacional. O crime

aconteceu quando o repórter da TV Globo buscava informações sobre festas patrocinadas por traficantes de drogas em uma favela do Rio de Janeiro. Depois de terem sido presos, os traficantes assassinos de Tim Lopes foram condenados em 2005.

Como anuncia a Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa em seu site www.liberdadedeimprensa.org.br, a “liberdade de imprensa é um bem da sociedade, antes mesmo de ser um direito de profissionais e de empresas ligadas a essa atividade e, por sua própria natureza, exige mobilização constante, vigilância permanente e firme posicionamento diante de fatos que representam ameaça ou que efetivamente a atinjam”.

Nenhuma iniciativa da **ANJ** foi mais duradoura, em seus 26 anos de existência, do que a defesa da liberdade de imprensa. Essa luta atravessa os tempos e é permanente porque, sabemos todos, sem liberdade não há imprensa. Sem imprensa não há informação. Sem informação não existe povo que exerça cidadania.

Não há cidadania sem liberdade de imprensa. É por isso que essa luta da **ANJ** não é um interesse isolado do meio Jornal. É a defesa do interesse da sociedade. É uma luta de todos, portanto.

De abril de 1997, quando iniciou, até novembro de 2005, o Programa em Defesa da Liberdade de Imprensa registrou 179 casos contra a liberdade de imprensa. A seguir os casos registrados no período 2004- 2005.

II. Ocorrências – setembro de 2004 a novembro de 2005

1. Assassinato

1º de julho de 2005 - O jornalista José Cândido Amorim Pinto, conhecido como Jota Cândido, foi assassinado a tiros na cidade de Carpina, Pernambuco, por quatro homens em duas motocicletas. Ele estava à frente, na emissora Rádio Comunitária Alternativa FM, de um dos programas de maior audiência no município e vinha noticiando casos de nepotismo na Prefeitura da cidade. Jota Cândido, que também era vereador pelo PDT, comandava seu programa de rádio há 19 anos. A vítima já havia sofrido atentado no dia 21 de maio, quando dirigia seu carro. Foi baleado na axila mas sobreviveu. Na época, foram solicitadas providências ao Ministério da Justiça, ao Ministério Público e ao Governo de Pernambuco. O caso foi registrado na Delegacia de Carpina. “O crime pode ter motivações políticas ou ligadas às atividades jornalísticas da vítima”, disse o delegado Artur Tito Mendes. A **ANJ** se manifestou, protestando contra o assassinato. O diretor-geral da UNESCO, Koishiro Matsuura, disse que “o atentado ao radialista é também um ataque à liberdade de expressão e à democracia. Estou certo de que as autoridades brasileiras vão identificar os responsáveis pelo crime e levá-los diante da Justiça, como aconteceu recentemente com outros casos”, numa referência à condenação dos assassinos de Tim Lopes.

2. Agressões

21 de dezembro de 2004 - O jornalista Fábio Oliva, editor do jornal Folha do Norte, de Januária, Minas Gerais, foi agredido pelos advogados Willer, William e Wilson Santos Ferreira, em função de matérias publicadas no jornal sobre o envolvimento deles em caso de corrupção com a prefeitura da cidade. Willer chegou a puxar um revólver e ameaçar Fábio de morte. Fábio conta que, se não fosse seu irmão, que o acompanhava e que conteve Willer, ele teria disparado. Fábio registrou a ocorrência na Delegacia de Homicídios. As denúncias publicadas na Folha do Norte contribuíram para a cassação do mandato do prefeito Manoel Ferreira Neto, por unanimidade, pela Câmara de Vereadores local. A **ANJ**, por meio do seu diretor executivo, Fernando Martins, solidarizou-se com Fábio, considerando “inadmissível qualquer tentativa de cerceamento à liberdade de imprensa”.

15 de março de 2005 - Uma equipe de reportagem da emissora de televisão RBS, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi agredida por agricultores que bloquearam a rodovia BR-386 em protesto contra o governo. Os manifestantes tomaram a câmera do cinegrafista Everton Machado e colocaram-na dentro do veículo da emissora, que foi incendiado. O repórter Leonel Lacerda teve suas roupas rasgadas. Foi feita ocorrência no posto da Polícia Rodoviária Federal e na Delegacia de Sarandi, município onde ocorreu o incidente. A **ANJ** divulgou nota em que considera “tão graves quanto a violência física e a destruição do material, o atentado à liberdade de imprensa. A população brasileira tem o direito de ser informada sobre tudo o que acontece no país, e qualquer tentativa de impedir esse direito é um atentado contra toda a sociedade”. E completa: “a **ANJ**

reafirma seu repúdio diante deste episódio criminoso e autoritário e aguarda a apuração por parte das autoridades”.

15 de março de 2005 - Os jornalistas Paulo de Tarso Venceslau e Alan Brito, do jornal Contato, de Taubaté, São Paulo, foram agredidos por seis seguranças da prefeitura, quando faziam matéria sobre o aterro sanitário da cidade. Os jornalistas apuravam denúncia de que catadores de lixo estariam montando uma favela no aterro sanitário, expondo-se a possíveis contaminações. Eles foram abordados pelos seguranças, que tentaram quebrar a câmera fotográfica e os agrediram a socos e pontapés.

14 de maio de 2005 - O repórter Joacir Gonçalves, do jornal Enfoque Social, de Itaquaquecetuba, São Paulo, foi agredido por pessoas supostamente ligadas ao prefeito, Armando Tavares, durante festa realizada no Parque Ecológico da cidade. O jornal havia publicado matéria sobre decisão judicial contra contrato da prefeitura. Após ser chutado e ter exemplares do jornal e sua máquina fotográfica apreendida por pessoas ligadas à organização do evento, Gonçalves foi ameaçado pelo próprio prefeito.

21 de junho de 2005 - Uma equipe de reportagem da TV Globo na cidade de São Paulo foi agredida quando se preparava para fazer gravação em frente à sede do Partido dos Trabalhadores. Três dos agressores foram mais tarde identificados como funcionários do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Eles chutaram o veículo da emissora e agrediram o assistente de câmera Maçal Araújo, que teve o maxilar fraturado, e o repórter Lúcio Sturn, que teve os ossos da mão fraturados.

29 de junho de 2005 - O repórter Paulo Fernandes, do jornal O Estado, do Mato Grosso do Sul, foi agredido pelo deputado estadual Raul Freixes (PTB) durante sessão da Assembléia Legislativa, em Campo Grande. No exercício do seu trabalho, o repórter foi perguntar ao deputado sobre processo movido contra ele pelo Ministério Público, quando foi agredido física e verbalmente. Mais tarde, o deputado pediu desculpas alegando ter “perdido a cabeça”.

16 de julho de 2005 - O repórter Efrém Ribeiro, do jornal Meio Norte, de Teresina, Piauí, foi agredido pelo deputado estadual Homero Castelo Branco (PFL), no corredor do Palácio Petrônio Portela, sede da Assembléia Legislativa do Estado. O motivo da agressão foi reportagem publicada no dia anterior, informando denúncia do Ministério Público contra o deputado. Segundo a denúncia, o parlamentar teria fraudado a Receita Federal ao abrir uma conta corrente em nome do servidor público Raimundo Nonato Castelo Branco, com o objetivo de receber salário pela Assembléia Legislativa. Na reportagem, Castelo Branco foi ouvido pelo jornalista e deu a sua versão sobre o caso. Mesmo assim, no dia seguinte, diante da publicação, o deputado agrediu o repórter, ameaçou-o de morte e confiscou seu celular, devolvido mais tarde. O jornalista preferiu não registrar queixa na polícia, limitando-se a denunciar o episódio.

3. Atentados

23 de março de 2005 - O jornalista Maurício Melato Barth, proprietário do jornal quinzenal InfoBairros, de Itapema, Santa Catarina, foi baleado nas duas pernas em frente à sua casa na

noite de 23 de março. Ele vinha denunciando sistematicamente casos de corrupção na Prefeitura da cidade. O jornalista conta que antes do atentado recebeu diversas ameaças anônimas por telefone. Por volta das 20h de 23 de março, dois homens em motocicletas o chamaram para foram da sua casa, balearam- no nas duas pernas e fugiram sem ser reconhecidos. Segundo os médicos, Maurício só poderá voltar a andar em aproximadamente 15 meses. O caso está sob investigação da Polícia Civil de Santa Catarina.

17 de maio de 2005 - A jornalista Sandra Miranda, editora do jornal Primeira Página, de Palmas, Tocantins, teve sua casa incendiada. De acordo com laudo do Instituto de Criminalística de Tocantins, o incêndio foi intencional. Nos últimos meses, o jornal vinha denunciando casos de corrupção no estado.

4. Ameaças

17 de dezembro de 2004 – Durante evento público na Santa Casa de Franca, na cidade de Franca, São Paulo, o deputado estadual Roberto Engler (PSDB) avançou sobre a repórter Soraia Veloso e tentou intimidá-la com gestos agressivos e insinuações grosseiras. Foi uma reação a indagações feitas durante entrevista. Soraia havia perguntado ao parlamentar a respeito de iniciativa por ele tomada, de transformar em privado ato público, com fins eleitorais.

5. Censura

28 de janeiro de 2005 - O Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Élvio Pigari, tomou decisão liminar impedindo a Rádio Equatorial e a TV Imperial, ambas de Boa Vista, de divulgar “qualquer fato sobre a vida pessoal, política e familiar” da prefeita Teresa Jucá. A decisão foi tomada a partir de ação movida pela prefeita, que se considerou moralmente ofendida por matérias veiculadas pelas emissoras. A decisão do juiz incluiu multa diária caso houvesse qualquer referência a Teresa Jucá. A **ANJ**, por meio do seu presidente em exercício, Jaime Câmara Júnior, emitiu nota manifestando “sua preocupação com a censura prévia” imposta pela decisão liminar. Lembrou que as duas emissoras vinham exercendo seu direito de criticar e disse esperar que “as instâncias superiores do Poder Judiciário reconsiderem a decisão e restabeleçam a liberdade ferida pela censura”.

13 de abril de 2005 - O Juiz Jeová Sardinha de Moraes, da 7ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, concedeu, no dia 13 de abril, liminar a pedido do deputado Ronaldo Caiado (PFL), para recolher exemplares do livro Na Toca dos Leões, de Fernando Moraes. O deputado acionou a Justiça por considerar que o livro, sobre a agência de publicidade W/Brasil, contém referência caluniosa a ele. No livro, Fernando Moraes narra que Caiado, quando foi candidato à presidência da República, em 1989, procurou agência de publicidade para trabalhar na sua campanha. Em conversa com os dois sócios, Caiado teria dito que, como médico, tinha a solução para o maior problema do país, os nordestinos: adicionar à água potável um remédio que esteriliza as mulheres. Na sua sentença liminar, o juiz goiano determinou a apreensão de todos os exemplares do livro que estivessem na editora Planeta, mas foi mais além:

impediu Fernando Morais e a editora Planeta de “divulgarem comentários acerca do texto imputado de calunioso em qualquer órgão de imprensa”, sob pena de multa no valor de R\$ 5 mil. A ANJ condenou a apreensão do livro, afirmando que “nada justifica a medida obscurantista, que nos remete aos piores momentos do autoritarismo”. Em outubro, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás cassou por unanimidade a liminar.

15 de maio de 2005 - O desembargador Gabriel Marques, do Tribunal de Justiça de Rondônia, proibiu a exibição no estado, no dia 15 de maio, de reportagem do programa Fantástico, da Rede Globo, sobre denúncias de corrupção. A reportagem continha vídeo em que deputados estaduais pediam favores e dinheiro ao governador Ivo Cassol. A ação judicial que motivou a decisão do juiz foi feita pelos deputados.

ATUALIZAÇÃO

8 de setembro de 2005 - Na madrugada do dia 8 de setembro, o jornal Diário de Marília e as rádios Diário FM e Dirceu FM, do Grupo Central Mídia de Notícias, da cidade de Marília, em São Paulo, foram incendiados por três homens. Encapuzados, eles renderam o vigia, invadiram o prédio e espalharam gasolina no segundo andar, onde atearam o fogo. De acordo com os proprietários, cerca de 80 por cento da sede da empresa foram destruídos.

O editor do jornal, Rogério Martinez, disse não ter dúvida de que o incêndio é obra “de alguém interessado em calar os três veículos de comunicação diante das denúncias constantes que fazemos contra os desmandos na cidade, especialmente aqueles partindo das autoridades municipais”.

No mesmo dia do crime, a ANJ divulgou nota à imprensa, assinada por seu presidente, Nelson P. Sirotsky, em que diz: “Revolta e preocupa que empresas de comunicação sejam atingidas pela violência e intolerância. Esse tipo de atentado se reveste de conotações terroristas que nos remetem aos piores momentos da nossa história, que todos acreditávamos superados”.

As investigações da polícia apontam como mandante do crime o ex-prefeito de Marília, Abelardo Camarinha, que seria alvo das críticas do jornal. A ANJ aguarda a conclusão das investigações para se posicionar de forma definitiva em relação ao incêndio do Diário de Marília.